

Blaise Pascal: Fragmentos sobre o Olhar¹

Emanuel R. Germano (Bolsista FAPESP - DF/USP/SP)

Orientador: Franklin Leopoldo e Silva

Ao nos deparamos com o conjunto de fragmentos conhecido como *Pensamentos*, poderíamos apressadamente considerá-lo um emaranhado de reflexões paradoxais, contraditórias, que à primeira vista, não mereceria ser enquadrado como pertencente ao gênero genuinamente filosófico: carente de sistemática, de alguma ordem à maneira tradicional, esta obra foi de fato considerada durante séculos coisa de poeta, de um cientista – poeta, de um moralista, de um religioso, mas não, de um **filósofo**.

Entretanto, hoje o sabemos, a diversidade de abordagens empreendidas aos numerosos temas, são, a bem da verdade, elementos discretos integrados num mosaico no qual se reflete uma filosofia coerente, fruto de uma concepção de realidade e de uma metodologia originais: portanto um estudo detido de Pascal, traz consigo nova luz sobre a pluralidade filosófica no século XVII; o período dos grandes sistemas *imago mundi*, da lógica e da ordem – de Descartes, Leibniz e Espinosa – engendrou também o seu *antípoda*, na filosofia fragmentária, da diversidade e da “des-ordem” de Blaise Pascal.

Procurando esboçar alguns traços desta concepção original sobre a realidade, e deste método reflexivo original, traremos à cena uma característica fundamental dos *Pensamentos*: o jogo entre múltiplas perspectivas e a busca pelo ponto de vista mais adequado – o relativismo – que perpassa o exame de grande parte dos temas analisados pelo autor.

Se para o século XVII é o “olhar” a metáfora fundamental para o procedimento racional, os fragmentos sobre o olhar de Pascal nos *Pensamentos* são um instrumento valioso para acompanhar o exercício de uma racionalidade peculiar, original em concepção e em método. Vejamos alguns fragmentos nos quais podemos notar uma oscilação entre diversos pontos de vista, marcando uma interação do investigador com o objeto analisado: (f. 381) “*Se somos jovens demais, não julgamos bem; velhos demais tampouco. Se não meditamos bastante, se meditamos demais teimamos e encasquetamos. Se consideramos a nossa obra imediatamente depois de a termos executado, ainda estamos prevenidos; se muito depois, não a entendemos mais. Assim acontece com os quadros vistos de muito longe e de muito perto; e só há um ponto indivisível, que é o verdadeiro lugar: os outros estão perto demais, longe demais, alto demais ou baixo demais*” (f.71). “*Muito pouco vinho ou vinho em demasia: não lho dêem e não poderá achar a verdade; dêem-lho em demasia e ocorrerá o mesmo*” (f.124). “*Não somente olhamos as coisas por outros lados mas ainda com outros olhos; não temos maneira de achá-las iguais*” (f.116). “*Pensamentos – Tudo é um, tudo é diverso.*”²

A preocupação com a arte do “olhar” influencia além destes fragmentos, grande parte dos temas abordados pelo pensador.

À exemplo do *olhar* sobre a pintura que influencia a apreensão de seu conceito,

de maneira que esta apenas se realiza plenamente na interação com o observador, para Pascal é a própria captura da verdade que está atrelada à cada perspectiva parcial. É portanto, uma concepção de verdade original a que encontramos no pensador: não há uma verdade essencial aos objetos independente do referencial do intérprete que a propôs; para Pascal, toda observação traz consigo uma interpretação e uma avaliação própria do investigador – guarda pois toda pesquisa, um conteúdo perspectivo.

Ao olharmos para um quadro, escolhemos um ponto de vista: vendo-o alto demais, ou baixo em demasia nossa idéia sobre o quadro altera-se, o que conduz também à mudança da nossa avaliação sobre a obra: enfim o que fazemos é escolher um “ponto indivisível”, que consideramos mais adequado, dentre as muitas perspectivas possíveis sobre a pintura.

Deixemos claro que no entanto, nem por isso *todas* as perspectivas se equiparam. Há certamente perspectivas melhores e piores; algumas propiciam visão mais abrangente – outras mais restritas – todavia nenhuma delas é capaz de descrever com precisão absoluta a multiplicidade da realidade mesma da pintura.

Conforme o “olhar” empreendido sobre o objeto, apreendemos um aspecto diverso, cada qual conforme ao “ponto indivisível” que escolhemos: (f. 115) *“Uma cidade, um campo, de longe, são uma cidade e um campo; mas à medida que nos aproximamos, são casas, árvores, telhados, folhas, plantas, formigas, pernas de formigas, até o infinito.”* O observador portanto, conforme o ponto de vista que escolhe influencia na determinação de cada objeto.

Deste modo, assumir um ponto de vista, e compreender-se enquanto parte integrante do sistema que investiga é um expediente fundamental na filosofia pascaliana. Notemos que, se a escolha de um ponto de vista, ou de um “ponto indivisível” não chega a ser problemática com relação às artes visuais, não se pode dizer o mesmo quando se trata do tema moral; como revela o final do f.381 *“a perspectiva revela este fato (o ponto indivisível) na arte da pintura; mas na verdade e na moral, quem o assinalará?”*

Acompanhando o f.383, notemos uma outra formulação do mesmo problema: *“É preciso ter um ponto fixo para julgar. O porto julga os que estão no barco; mas onde conseguir um porto na moral?”*

O pensamento moral e político de Pascal é perpassado pela busca do referencial mais adequado e ali, talvez mais explicitamente que em qualquer outra área sobre a qual se lança, encontramos um embate ininterrupto entre perspectivas: cada ponto de vista político é descrito conforme o *interesse* e o *ângulo* daquele que o profere, de modo que cada uma das perspectivas relativas não é senão *um patamar diverso e irreduzível* a qualquer outro. O jogo político é portanto um produto do fluxo das óticas particulares e dos interesses inerentes a elas; um agregado de miragens privadas sobre a justiça que é inapreensível em sua essência: ouçamos ao f. 385 *“Dir-se-á que o homicídio é mau: sim, pois conhecemos bem o mal e a falsidade. Mas, que será o bem, na nossa opinião? A castidade? Eu digo que não; pois o mundo acabaria. O casamento? Não: a continência é melhor. Não matar? Não pois as desordens seriam horríveis e os maus matariam os bons. Matar? Não, pois isso destrói a natureza. Só em parte temos o bem e a verdade, e misturado com o mal e a falsidade”.*

A estratégia de Pascal para descrever o jogo da política a saber, “a passagem contínua do pró ao contra” (reversement du pour au countre), tem como primeiro passo a multiplicação de perspectivas possíveis sobre o mesmo objeto. Este expediente conduz à constatação de paradoxos que entremostam a necessária parcialidade de cada uma das perspectivas e, diante desta diversidade, insinuam a impotência da razão para estabelecer verdades absolutas por meio do desmonte destes paradoxos. Ainda que somadas as visões singulares, entende o autor, estas visões relativas não chegarão jamais a comportar à multiplicidade do todo, ou esculpir qualquer verdade absoluta. A multiplicidade de “olhares” e perspectivas sobre o mesmo assunto visa pois, o tratamento da diversidade do real pela própria diversidade: trata-se da consideração do *múltiplo enquanto múltiplo*.

Assim, poderíamos dizer que o embate que encontramos nos *Pensamentos* entre as tendências e referenciais da filosofia política – ceticismo, epicurismo, estoicismo – revela a parcialidade de cada uma destas escolas na consideração do todo, desmistificando **todas** enquanto portadoras de verdades absolutas, ou supostas detentoras da “ciência” das relações humanas. Como diz o f. 394: “*todos os princípios dos pirrônicos, dos estóicos, dos ateus etc. são verdadeiros. Mas suas conclusões são falsas porque os princípios opostos são também verdadeiros*”

Deste modo, assinalemos o tratamento assistemático que empreende, incluindo o estilo fragmentado, é perfeitamente harmônico com sua filosofia pois permite um fluxo contínuo entre as perspectivas, mais apto a descrever a polifonia das ações e interesses humanos do que o sistematismo ou o formalismo tradicionais.

Não há para Pascal, esclareçamos, sistema, ou “ciência política”, capaz de montar a máquina do mundo. O mecanicismo empregado na política, formalizado e sistemático é neste sentido uma arquitetura da inutilidade – como construtores que fabricam falsas janelas em virtude da simetria, os mecanicistas forçam à unidade formal o que é irredutivelmente múltiplo no real; *inventando* uma ordem para aquilo que é incapaz de ordenação plena.

Uma amostra da originalidade do procedimento de Pascal pode ser dada na apreciação da reflexão política a seguir, acerca dos “aristocratas”; perceberemos ali o autor decompondo o ambiente político a partir do “olhar” de cada um de seus principais protagonistas, insinuando com isso a parcialidade de seus referenciais, irredutíveis à unidade, não obstante seja possível uma hierarquização das perspectivas em patamares, segundo a abrangência de cada ponto de vista: (f.337) “**Graduação. O povo honra as pessoas de grande nascimento.** [O povo julga as (pessoas) ‘bem nascidas’ por natureza nobres.] **Os semi-hábéis as desprezam, dizendo que o nascimento não é uma vantagem da pessoa, mas do acaso.** [Os semi hábeis sabem ser falsa a nobreza inata das pessoas ‘bem nascidas’ e as desprezam]. **Os hábeis as honram, não pelo pensamento do povo, mas por um pensamento oculto.** [Os hábeis sabem a utilidade de honrar as pessoas ‘bem nascidas’ e o fazem a partir de um pensamento oculto que “o maior dos males são as guerras civis. (e) O mal que se há de temer de um tolo que sucede por direito de nascimento não é tão grande nem tão certo” (f.313).] **Os devotos, que têm mais zelo que ciência, as desprezam, malgrado essa consideração que as faz honrar pelos hábeis, porque julgam isso por uma nova luz que a piedade lhes dá.** [os devotos não obstante estarem cientes da utilidade de aceitar aos ‘bem nascidos’

desprezam-nos pela vangloria.] ***Mas os cristãos perfeitos as honram por outra luz superior.*** [Os cristãos perfeitos encaram aos males terrenos como sinais necessários da queda.] ***Assim vão se sucedendo as opiniões do pró ao contra, segundo a luz que se tem.***”

Repete-se a propedêutica que vimos na apreciação da pintura: não obstante inúmeras perspectivas sobre um quadro sejam possíveis é viável entretanto escolher *uma* que seja “mais adequada”; na pintura elegemos “um ponto indivisível” àquele que propicia uma visão mais conveniente da obra. Do mesmo modo também na política é viável eleger um ponto de vista, que embora consciente de seu caráter arbitrário e parcial, permite o estabelecimento de um “ponto firme” pelo qual se pode avaliar todos os outros.

Este “ponto firme” pode ser entendido como a determinação de um ponto de vista, o único expediente capaz de proporcionar uma fuga da relatividade das opiniões, sem o recurso entretanto a qualquer afirmação metafísica como suporte da ação à maneira do dogmatismo tradicional. Este “ponto firme” é o que Pascal chama, no âmbito da política, de “pensamento oculto” (f.336) “*É preciso ter um pensamento oculto e tudo julgar por ele, falando entretanto como o povo.*”

O pensamento oculto é pois, um critério instrumental avaliador que permite ao investigador se posicionar em cada caso se resguardando, ainda que intimamente, das reviravoltas ininterruptas da “passagem contínua do pró ao contra”: tal qual um porto que *se sabe improvisado e arbitrário* em meio à relatividade do movimento das opiniões. Como acontece àqueles que estão num mesmo barco, esta parada, mesmo que conscientemente arbitrária é necessária para o estabelecimento de uma postura ética. (f.382) “*Quando todos tendem para o desregramento ninguém parece tender. Quem pára, torna observável o arrebatamento dos outros, como um ponto fixo*”.

Encontramo-nos portanto, em uma “terceira margem” da experiência filosófica. Assim como Montaigne, Pascal não se restringe a nenhuma fileira da filosofia política: é um observador que se desloca do pró ao contra, à procura, em cada caso, do patamar mais alto e mais adequado para vislumbrar a pluralidade dos acontecimentos, resistindo a tendência mecanicista de seu século em erigir um racionalismo pleno, onde tudo está previsto, provado, “tudo encerrado num cofre” e inútil; a não ser é claro para os narcisistas, amantes dos próprios sistemas.

#

Visitando o fragmento 72, que Lucien Goldmann considera um dos principais textos epistemológicos de Pascal, poderemos buscar fundamentos para o relativismo pascaliano. Ali é possível entrever uma reflexão sobre os procedimentos empíricos e sobre as conclusões éticas a que chega a ciência diante do progresso das concepções infinitistas. Uma vez mais, será o poder do “olhar” amplificado pelos instrumentos recentes de observação que obrigam uma revisão do antropocentrismo, em vista da perda do referencial da Terra, e do homem, como centro e destino do conjunto da natureza.

Mas antes, façamos um pequeno parêntesis, pois talvez não seja excessivo recordar, a importância da pesquisa de Blaise Pascal como cientista empírico me-

morável. O “gênio juvenil” como disse Begin produz aos 16 anos em 1639 um *Ensaio sobre as Cônicas* tornando mais gerais as idéias de Desargues em busca de uma geometria projetiva; aos dezenove inventa a máquina aritmética, um artefato capaz de desenvolver todas às operações matemáticas sem o emprego de qualquer esforço intelectual humano; em 1646 desenvolve as importantes pesquisa sobre o vácuo e sobre o equilíbrio dos fluidos. Enfim, frisemos, Pascal não chega jamais à abandonar a pesquisa científica e já perto de sua morte aos 39 anos, desenvolve ainda pesquisas sobre a roleta que visam o cálculo das probabilidades.

Todavia, deixemos claro, é a reflexão sobre os procedimentos e a crítica as conclusões éticas sobre os avanços da pesquisa científica que colocam Pascal na contramão do otimismo metafísico e epistemológico típico do século XVII.

Em sua pesquisa Pascal defronta-se, apesar do progresso contínuo das investigações, com a inacessibilidade dos primeiros princípios da ciência; de sua carência de fundamentos ontológicos. Descobre ainda que é possível alargar o escopo de reflexões anteriores como fez em 1639 com as idéias de Desargues: da análise dos procedimentos da física experimental retira marcas da historicidade e falibilidade dos dogmas científicos; aprende ainda que não há via única para a descoberta de verdades científicas: afinal soluções propostas pela ordem da geometria, apesar de demonstráveis e eficazes, não são as únicas possíveis, como ficará claro quando ele e Fermat chegarem a resultados praticamente idênticos, sobre o cálculo de probabilidades (onde ambos chegam próximo à descoberta do cálculo infinitesimal) através, contudo, de princípios e procedimentos diversos. Assim, é a insatisfação e o limite, a consciência da pobreza e fragilidade dos instrumentos humanos para compreensão da totalidade, o ensinamento ético que retira da pesquisa científica.

Feita esta brevíssima consideração inicial vamos propriamente ao f. 72:

*“Desproporção do homem Eis aonde nos conduzem os conhecimentos naturais (...). Que (o homem) não se atenha pois, a olhar para os objetos que o cercam, simplesmente, mas contemple a natureza inteira em sua alta e plena majestade. Considere essa brilhante luz colocada acima dele como uma lâmpada eterna para iluminar o universo, e que a terra lhe apareça como **um ponto** na órbita ampla deste astro, e que se maravilhe de ver que essa amplitude **tampouco passa de um ponto insignificante** na rota dos outros astros que se espalham pelo firmamento (...). Todo esse mundo visível é apenas um traço perceptível na amplidão da natureza, que nem sequer nos é dado conhecer mesmo de modo vago (...). Esta é uma esfera infinita cujo centro se encontra em toda parte e cuja circunferência se acha em nenhuma. Que é o homem dentro do infinito?”*

Ouvimos então a descrição do “grande infinito” no qual está imerso o ponto de vista humano. Neste ambiente descentrado, um ponto fixo, em vista da imponderabilidade dos limites será sempre arbitrário, não há qualquer privilégio da ótica humana na consideração da totalidade: constata-se pelo “olhar” e pelas limitações do “olhar” a incerteza situacional do homem diante do infinito. Com isso, conseqüentemente, a limitação da razão é também desmascarada, atrelada que é ao “olhar” que, para Pascal, é o único instrumento possível para a captura de certezas.

Portanto, o saber humano limitado a seu referencial e em meio ao infinito não tem razões para o otimismo: Pascal convida as ciências físicas para um reconhecimento de finitude e de limitação, e deste modo, eticamente, convida à moderação e à recusa da presunção.

Mas, voltemos ao texto, e ouçamos a descrição do “pequeno infinito”: *“Quero porém, apresentar-lhe um prodígio igualmente assombroso, colhido nas coisas mais delicadas que conhece. Eis uma lêmnea, que na pequenez do seu corpo, contém partes incomparavelmente menores, pernas com articulações, veias nessas pernas, sangue nessas veias, humores nesse sangue, gotas nesses humores, vapores nessas gotas; dividindo-se estas últimas coisas esgotar-se-ão as capacidades de concepção do homem, e estaremos portanto, ante ao último objeto que possa chegar o nosso discurso. Talvez ele imagine, então, ser essa a menor coisa da natureza. Quero mostrar-lhe, porém, dentro dela um novo abismo. Quero pintar-lhe não somente o universo visível, mas também a imensidade concebível da natureza dentro dessa parcela de átomo. Aí existe uma infinidade de universos, cada qual com seu firmamento, seus planetas, sua terra (...) e nessa terra há animais e neles essas lêmneas, em que voltará a encontrar o que nas primeiras observou (...). Pois, como não admirar que nosso corpo há pouco imperceptível no universo, imperceptível no todo, se torne um colosso, um mundo, ou melhor, um todo em relação com o nada a que não se pode chegar? (...)”* Que é o homem dentro da natureza? Nada em relação ao infinito; tudo em relação ao nada; um ponto intermediário entre tudo e nada.”

O que Pascal opera neste trecho é uma demonstração indutiva da impossibilidade de se chegar aos primeiros princípios das ciências. Assim como do lado do grande infinito, todo esforço é vão para vislumbrar e conhecer o Todo, em direção ao pequeno infinito a distância que separa o homem do conhecimento do princípio último das coisas é igualmente insondável. Deste modo Pascal, de posse de sua prática experimental, desmente a possibilidade de aceitação do pano de fundo da ciência cartesiana, a saber o conhecimento verdadeiro, absoluto, baseado na intuição das “naturezas simples”

A pesquisa empírica revela a Pascal que o último objeto a que pode chegar o discurso, seja ele o átomo, ou outra definição qualquer, não é senão um nome, que estipula uma parada arbitrária inexistente no próprio real, pois a matéria por si permanece divisível infinitamente.

O que o filósofo nos revela é que não há possibilidade de erigir uma ciência que dê conta do todo, da multiplicidade do real: tanto do lado do pequeno, quanto do grande infinito, não há qualquer fundamento empírico nas aspirações ontológicas e metafísicas da ciência cartesiana.

Entretanto, é preciso deixar claro, neste *ponto intermediário* entre o Todo e o Nada, ou seja, sem a presunção de conhecer a totalidade, nem o arroubo de chegar ao princípio último das coisas, é possível erigir conhecimentos seguros, embora dotados de valor referencial já que, como dissemos, em meio ao duplo infinito, qualquer ponto de vista escolhido como ponto fixo, torna-se apenas uma parada arbitrária. Ouçamos o trecho a seguir ainda do f. 72: *“Nós porém consideramos últimos os que parecem últimos à nossa razão, tal qual fazemos com as coisas materiais em que denominamos ponto indivisível àquele para além do qual os*

nossos sentidos nada mais distinguem, embora continue divisível independentemente por sua própria natureza.”

Encontramos aqui, portanto, na experiência científica de Pascal o fundamento para o relativismo presente em toda sua obra. Aqui tal qual o procedimento do “olhar” sobre uma pintura, elege-se um ponto indivisível, ou ponto fixo – necessariamente arbitrário – que é dotado de uma certeza de valor referencial: um aspecto determinado legitimado pela axiomática científica que *se sabe* entretanto *um* dentre os muitos aspectos possíveis da totalidade.

Noutros termos, o cientista físico pascaliano elege, em meio ao duplo infinito, arbitrariamente, um referente, ou seja, os princípios com os quais trabalha, que lhe permite analisar aos fenômenos e estipular um instrumental capaz de ordená-los racionalmente, não obstante saiba da insuficiência de seu sistema diante da multiplicidade do real, e das inúmeras possibilidades interpretativas que a imensa diversidade da natureza pode suscitar.

Encontramos em Pascal portanto, um dos precursores do moderno método axiomático: o pensador estabelece uma ciência de intensa produtividade, de caráter fenomenalista e instrumental, sem recurso às ficções ontológico-metafísicas típicas da ciência cartesiana, segundo ele, “incerta e penosa” em seu vão compromisso de montar a máquina do mundo.

Pascal é portanto do ponto de vista do conhecimento científico, de um empirismo radical: é o “olhar” os dados dos sentidos, seu paradigma reflexivo fundamental. Daí, a farta fundamentação da crítica ao sistema cartesiano sob o ângulo da ciência: a porta de contato de Descartes com a metafísica o *intuitus* que, mais que um método (como julgam friamente os analistas contemporâneos), seria melhor explicado em meio ao século XVII como – o “*olho da alma*” – os físicos experimentais da época comprovaram, não continha qualquer validade efetiva.

Com Pascal, um incontestável físico de seu tempo, e polemista igualmente valioso “o olhar metafísico da alma”, à maneira cartesiana, revela alguns de seus mais fortes sinais de miopia irreversível, senão, *de cegueira completa*: o “olhar da alma” cartesiano, metafísico e auto-legitimador não encerra para o filósofo de Port Royal qualquer privilégio em relação a multiplicidade possível de “olhares do corpo” sobre o mundo; é apenas um *olhar relativo* que mascara sua origem através da sistematização.

Ao contrário, Pascal alerta, seria preciso contentar-se com a cegueira deliberada, simplesmente fechar os olhos fisiológicos, para não enxergar o imenso descompasso da presunção cartesiana em montar o mecanismo universal, diante das imensas dúvidas e mistérios que circundavam a humanidade naqueles primeiros tempos de contato empírico com os deslimites do universo.

No plano das ciências humanas, assim como em todo o conjunto de ângulos sobre os quais Pascal analisa o homem e o universo – científico, moral, político, religioso – encontramos esta mesma exigência em empreender um *olhar* justo sobre a realidade, *livre* da ânsia em adaptar o *mundo das coisas* aos ideais sistemáticos ou à presunção fundamentalista metafísica. Em contraposição ao formalismo típico de seu século, para o filósofo, sendo o mundo, tal como é conhecido pelo “olhar” misterioso e múltiplo, o estilo que expressa melhor tal diversidade é a fragmentação e a polifonia que encontramos encerradas neste misterioso

mosaico conhecido como *Pensamentos*. (f.116) "*Pensamentos: tudo é um; tudo é diverso.*"

BIBLIOGRAFIA

- PASCAL, B. *Ouvres Complètes*. Notas de Jacques Chevalier. Paris. Biblioteque de la Pléiade, 19.
- PASCAL, B. *Pensamentos*. Trad. Sérgio Milliet. 2ªed. São Paulo. Difel, 1961 (conjunto de citações).
- FOREST, A. *Pascal*. Paris. Edition Seghers, 1971.
- MESNARD, J. Pascal *L'homme et l'ouvre*. Paris. Conaissance des Lettres, 1951.
- LEBRÚN, G. *Pascal - Voltas, desvios e reviravoltas*. Trad. Luís Roberto Salinas Fortes. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- GOLDMANN, L. *Le Dieu caché*. Paris, Gallimard, 1959.
- BEGIN, A. *Pascal*. México. Fondo del Cultura Econômica, 1952.
- STANGE, M. *O problema da fundamentação do conhecimento na filosofia de Blaise Pascal*. São Paulo, 1996. 223p. Tese (Doutorado em Filosofia) – FFLCH-USP.

NOTAS

1. Texto elaborado para comunicação no III Encontro de Iniciação Científica em Filosofia.
2. PASCAL, B. *Pensamentos*. Difel, 1961. (Os demais fragmentos citados são retirados desta mesma edição.)